



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 01/2024

MANHÃ

AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO – ÁREA DE FISCALIZAÇÃO

ENGENHARIA CIVIL

NÍVEL SUPERIOR TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **100 (cem)** questões objetivas você receberá do fiscal de sala o cartão de respostas;
- As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.



TEMPO

- Você dispõe de **5 (cinco) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas e o preenchimento das folhas de textos definitivos;
- **2 (duas) horas e 30 (trinta) minutos** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas;
- Para o preenchimento do cartão de respostas, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s) no cartão de respostas;
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas, o fiscal de sala deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca do cartão de respostas em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa prova!**

Módulo I - Conhecimentos Gerais

Língua Portuguesa

1

Assinale a opção em que os termos estão em paralelismo sintático, ou seja, apresentam segmentos estruturalmente idênticos.

- (A) Viajarei pela Europa, conhecerei Paris e voltarei feliz da vida.
- (B) Pelas notícias de ontem, o jornal de hoje faz temer as de amanhã.
- (C) A imprensa mente, deturpa os fatos e agride o vernáculo.
- (D) A conversa não é apenas dizer a coisa certa no momento certo, mas não dizer o que está errado no momento preciso.
- (E) O amor é mais precioso que a vida, e a honra é mais preciosa que o dinheiro.

2

As frases abaixo mostram uma comparação. Assinale a opção em que a comparação **não** é explicada.

- (A) Ideias são como crianças. As nossas são sempre maravilhosas.
- (B) As bibliotecas são como as farmácias: muitos venenos e poucos remédios.
- (C) A leitura, como a comida, não alimenta se não digerida.
- (D) Os discursos são como as orações copiadas dos textos religiosos.
- (E) Os talheres são como o papel higiênico: só ficam limpos se não forem usados.

3

As frases abaixo são construídas contando com a duplicidade de sentido de um termo, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Livro raro é aquele devolvido depois de emprestado.
- (B) Eu, quando tenho de enviar uma mensagem, não escrevo um livro: vou aos Correios.
- (C) Como dizia o esquetejador, vamos por partes.
- (D) Os homens de poucas palavras são os melhores.
- (E) A única pessoa que escuta os dois lados de uma discussão é o sujeito do apartamento vizinho.

4

Assinale a opção em que a frase inicial, introduzida pela conjunção “se”, **não** apresenta valor de condição.

- (A) Se a voz do povo é a voz de Deus, começo a pressupor que Deus é um sujeito muito calado.
- (B) Se os homens são tão maus com o auxílio da religião, como seriam sem ela?
- (C) Se os homens tivessem verdadeiramente convicção de sua fé, seriam todos santos.
- (D) Se quiserdes saber o que Deus pensa do dinheiro, é só olhar a quem Ele o dá.
- (E) Se existe Deus, por que há coisas como a fome e os horários políticos na televisão?

5

Assinale a frase em que o termo sublinhado mostra valor interrogativo.

- (A) Não sei como é a alma de um criminoso, mas a alma do homem bom, honesto, é um inferno.
- (B) Se quem ama o vinho e o amor vai para o inferno, o paraíso deve estar vazio.
- (C) Onde há humanos há moscas e deuses.
- (D) Uma sociedade sem religião é como um navio sem bússola.
- (E) Não é lícito confiar quando os deuses são contrários.

6

Assinale a opção que apresenta o texto que deve ser classificado como descritivo.

- (A) A escola de samba entrou na avenida, passou diante dos jurados e, quando saiu na zona de dispersão, dava a impressão de ter certeza da vitória.
- (B) Os jurados estavam sentados numa espécie de plataforma que se debruçava sobre a passarela do desfile, mostrando sempre muita atenção ao que se desenrolava à sua frente.
- (C) As escolas de samba continuam sendo uma grande atração do carnaval carioca e é a razão principal da presença de turistas na cidade do Rio.
- (D) O mestre-sala exibiu toda a sua categoria de sambista, fez os cumprimentos necessários aos jurados, agradeceu os aplausos do público e continuou sua caminhada.
- (E) A bateria de uma escola de samba é uma atração à parte, atraindo o interesse do público em geral, já que ela se encarrega de dar o ritmo necessário ao samba.

7

Observe o trecho descritivo abaixo, que tem por objeto um personagem de uma cidade interiorana:

‘Seu Paulo’ era um mineiro já de alguma idade, que já havia trabalhado em São Paulo como motorista, mas agora era um faz-tudo em Lavras. Tinha bom humor, gostava muito de conversar e, na minha pequena propriedade, fazia as pequenas tarefas agrícolas diárias, como limpar o terreno, botar água nas plantas e tirar pragas que surgissem na grama.

Essa pequena descrição

- (A) procura identificar o personagem por meio de seus traços físicos.
- (B) destaca sobretudo os traços psíquicos do personagem.
- (C) mostra traços físicos e psíquicos do personagem.
- (D) descreve o personagem em diversas épocas, procurando valorizá-lo.
- (E) indica somente características sociais do personagem descrito, mostrando-o como símbolo do interiorano.

8

Observe o pequeno texto narrativo a seguir:

Passeava despreocupadamente pelas ruas do meu bairro e passei diante de uma loja da loteria esportiva e me lembrei de que havia um alto prêmio acumulado. Fiquei tentado em jogar, mas não podia gastar aquele dinheiro no momento e desisti. Um pouco mais adiante, porém, arrependi-me e voltei para a loja.

Sobre a estruturação desse texto narrativo, assinale a afirmação **inadequada**.

- (A) Há uma situação inicial que mostra o passeio despreocupado do narrador.
- (B) Ocorre um fato motivador de uma modificação na situação inicial, que é o fato de passar pela loja de loteria e lembrar-se do prêmio acumulado.
- (C) Há uma discussão interior do personagem que corresponde à trama narrativa e a um problema a ser resolvido.
- (D) Desistir de jogar corresponde a uma solução temporária do conflito interior do narrador.
- (E) Arreponder-se equivale ao final da narrativa, em que o conflito do texto é resolvido.

9

Assinale a oração adversativa que estabelece entre os segmentos indicados uma relação de real oposição.

- (A) A palavra é dom de todos, mas a sabedoria cabe a poucos.
- (B) Há muito o que saber, mas pouco que viver.
- (C) O que os homens realmente querem não é conhecimento, mas certezas.
- (D) Esteja pronto para escutar, mas lento para dar a resposta.
- (E) Mestre não é quem sempre ensina, mas quem de repente aprende.

10

Leia a frase abaixo com atenção:

Ninguém fica velho apenas por viver, mas por perder o interesse em viver.

Assinale a afirmativa correta o significado ou a estruturação dessa frase.

- (A) A relação entre os segmentos da frase não é de oposição, mas de diferença.
- (B) O adjetivo “velho”, no contexto da frase, tem alto valor pejorativo.
- (C) O segundo segmento da frase retifica algo dito erradamente no primeiro segmento.
- (D) O termo “fica velho” pode ser adequadamente substituído por “envelheceu”.
- (E) O emprego de “apenas” mostra uma visão negativa do ato de viver.

Matemática Financeira, Estatística e Raciocínio Lógico

11

O campeonato interestelar de *wongwong* será disputado por 24.225 jogadores. Cada partida de *wongwong* é disputada por dois jogadores e, como resultado, ao final há um vencedor e um perdedor. O campeonato será todo eliminatório, ou seja, em cada partida o perdedor é eliminado e o vencedor prossegue na disputa.

Assim, o número de partidas desse campeonato será igual a

- (A) 24.224.
- (B) 100.640.
- (C) 120.460.
- (D) 412.224.
- (E) 1.024.316.

12

Juvenal obteve um empréstimo de R\$10.000,00 e se comprometeu a quitar a dívida em parcelas mensais, com juros de 5% ao mês sobre o saldo devedor. Ao final do primeiro mês, Juvenal pagou R\$4.000,00 e, ao final do segundo mês, pagou mais R\$4.000,00.

Se Juvenal resolver quitar a dívida ao final do terceiro mês, deverá pagar

- (A) R\$2.000,25.
- (B) R\$2.225,25.
- (C) R\$2.650,25.
- (D) R\$2.788,25.
- (E) R\$2.966,25.

13

A negação de *Se meu time ganhar o campeonato então vou viajar* é

- (A) Meu time não ganha e eu não viajo.
- (B) Se meu time perder então vou viajar.
- (C) Se meu time perder então não vou viajar.
- (D) Meu time não ganha e eu viajo.
- (E) Meu time ganha e eu não viajo.

14

Um campeonato de futebol de várzea terminou. A tabela a seguir mostra o número de gols marcados e de gols sofridos por cada equipe.

Equipe	Gols marcados	Gols sofridos
Ababá	32	21
Bebebé	29	16
Cracrará	33	42
Dededé	X	22
Evevé	21	40
Fafafá	19	39
Gigigi	40	33
Hohoho	29	27

A quantidade X de gols marcados pelo Dededé foi

- (A) 31.
- (B) 33.
- (C) 35.
- (D) 37.
- (E) 39.

15

Numa sala estão 16 pessoas, 10 das quais são homens e 6 são mulheres. Duas pessoas diferentes desse grupo são sorteadas.

A probabilidade de que sejam sorteadas duas mulheres é igual a

- (A) 12,5%.
- (B) 16,0%.
- (C) 22,5%.
- (D) 37,5%.
- (E) 50,0%.

Ética no Serviço Público

16

Um objetivo consagrado no Código de Ética e Disciplina dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado do Pará (Resolução nº 18.523/2013), é o de

- (A) fomentar a utilização de informação privilegiada após o exercício do cargo, para que o respectivo servidor possa obter dela vantagem.
- (B) impor o sigilo de todas as informações que tramitam perante o Tribunal de Contas, diante da relevância das situações analisadas pelo órgão de controle, no exercício de suas atribuições constitucionais.
- (C) propiciar, no campo ético, regras específicas sobre o conflito de interesses públicos e privados, de modo fazer prevalecer esses últimos sobre aqueles anteriormente mencionados.
- (D) assegurar aos servidores do Tribunal de Contas a preservação de sua imagem, ainda que seu comportamento seja contrário as normas éticas estabelecidas pela aludida norma.
- (E) tornar transparentes as regras éticas de conduta dos servidores do Tribunal de Contas, para que a sociedade possa aferir sua integridade e a lisura do processo de apreciação das contas públicas.

17

No âmbito do microsistema legal de proteção ao patrimônio público e de combate à corrupção, a colaboração premiada tem, nos últimos tempos, ganhado especial destaque como relevante instrumento na apuração das respectivas condutas ilícitas.

À luz do disposto na Lei nº 12.850/2013 e da orientação do Supremo Tribunal Federal acerca do tema é correto afirmar que

- (A) é inconstitucional a utilização de colaboração premiada prevista na mencionada norma em ação de improbidade administrativa, em quaisquer circunstâncias.
- (B) as declarações do agente que realiza a colaboração premiada com o Ministério Público são suficientes para o início da ação civil por ato de improbidade ajuizada pelo *parquet*, ainda desacompanhadas de outros elementos de prova.
- (C) a obrigação de ressarcimento do dano causado ao erário pelo agente que realiza a colaboração premiada deve ser integral, não podendo ser objeto de transação ou acordo, sendo válida a negociação em torno do modo e das condições para a indenização.
- (D) o acordo de colaboração premiada formalizado pelo Ministério Público não depende da interveniência da pessoa jurídica interessada, bastando a homologação da autoridade judicial.
- (E) a realização do acordo de colaboração premiada pelo Ministério Público será remetida para a análise do Juízo, sendo desnecessária a oitiva do colaborador pelo Magistrado, para fins de homologação.

18

Após o devido processo administrativo disciplinar, nos termos da Lei nº 5.810/1994, foi aplicada a Marcelo a penalidade de demissão. Contudo, seis anos após a imposição da sanção vieram à tona fatos novos que Marcelo acredita serem capazes de demonstrar a sua inocência em relação à infração funcional que ensejou a aludida penalidade, razão pela qual ele almeja instaurar a revisão do referido processo.

Acerca da revisão do processo, à luz do Diploma Legal em comento, é correto afirmar que

- (A) operou-se a prescrição para a pretensão revisional de Marcelo, que se submete ao prazo de cinco anos.
- (B) caso os fatos novos indiquem o contrário do almejado por Marcelo, é possível o agravamento da sanção.
- (C) a revisão não poderá correr em apenso ao processo originário, devendo ensejar processamento em apartado e independente.
- (D) o ônus da prova no processo revisional cabe à Marcelo, que deve demonstrar os elementos novos não apreciados no processo originário.
- (E) a Comissão revisora terá o prazo de até 30 (trinta) dias para concluir o processo e o julgamento cabe à autoridade superior àquela que aplicou a penalidade.

19

No âmbito das normas internacionais voltadas para o combate à corrupção, a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, objeto do Decreto nº 5.015/2004, é designada como Convenção de

- (A) Palermo.
- (B) Nagoya.
- (C) Estocolmo.
- (D) Mérida.
- (E) Tóquio.

20

Após o devido processo legal, a Sociedade Transgressora sofreu a aplicação de penalidade prevista na Lei nº 12.846/2011, em decorrência da prática de ato lesivo à Administração Pública, mas está analisando a extensão dos efeitos da sanção, com relação aos dirigentes e administradores, ou eventualmente para outra sociedade, caso venha a promover uma alteração societária, considerando que desde antes da penalidade vinha analisando a possibilidade de promover uma fusão ou cisão.

Diante dessa situação hipotética, à luz da norma em questão é correto afirmar que

- (A) a penalidade aplicada à pessoa jurídica é automaticamente estendida aos seus administradores e dirigentes, independentemente de sua culpabilidade.
- (B) apenas as sanções aplicadas na esfera judicial podem ser estendidas para os administradores ou dirigentes ou mesmo para outra sociedade nas hipóteses de alteração contratual, transformação, fusão ou cisão.
- (C) a aplicação de penalidade com fulcro na lei em questão é pessoal, de modo que não subsiste a responsabilidade da pessoa jurídica na hipótese de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária.
- (D) considerando que a responsabilização da pessoa jurídica depende da responsabilidade individual de pessoas naturais, as penalidades aplicadas subsistem nas hipóteses de alteração societária, caso tais indivíduos venham a integrar o novo quadro societário.
- (E) inexistindo simulação ou evidente intuito de fraude, na hipótese de eventual fusão e incorporação, a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido, não lhe sendo aplicáveis as demais sanções previstas na lei em comento.

Legislação Específica

21

O Tribunal de Contas do Estado do Pará recebeu, para fins de apreciação de sua legalidade, atos de concessão de aposentadoria editados no âmbito do Poder Executivo do Estado. Havia informação, no processo administrativo, de que foram descumpridos prazos estabelecidos no Regimento Interno.

Em situações dessa natureza, à luz da Lei Complementar estadual nº 81/2012, é correto afirmar que o Tribunal de Contas

- (A) deve denegar o registro dos atos de aposentadoria.
- (B) instaurar processo administrativo autônomo para apurar a irregularidade detectada.
- (C) registrar ou denegar o registro do ato de aposentadoria, sem prejuízo da aplicação de multa.
- (D) instaurar tomada de contas especial, de modo a verificar o cumprimento dos prazos junto ao ente de origem.
- (E) desmembrar o feito, de modo que o processo por ilícito administrativo tramite destacado do processo de registro.

22

Determinada Secretaria de Governo do Estado do Pará realizou levantamento a respeito dos bens imóveis do Estado e constatou que seria importante para o interesse público que uma parte deles fosse alienada. Por tal razão, solicitou que sua assessoria analisasse a necessidade, ou não, de autorização da Assembleia Legislativa.

A assessoria respondeu corretamente, à luz da Constituição do Estado do Pará, que

- (A) a autorização prévia somente é exigida em se tratando de alienação gratuita.
- (B) a autorização prévia é exigida tanto para a alienação gratuita como para a onerosa.
- (C) por força do princípio da divisão das funções estatais, a autorização não é exigida.
- (D) a autorização prévia somente é exigida para os bens situados no arquipélago de Marajó.
- (E) a autorização prévia somente é exigida para os bens com metragem superior a um alqueire.

23

Ana, servidora do Tribunal de Contas do Estado do Pará, foi incumbida por seu superior hierárquico de encaminhar determinado expediente ao órgão ou agente competente para exercer os encargos de inspeção e correição geral permanentes.

Após analisar o regimento interno Tribunal, Ana concluiu corretamente que o referido órgão é

- (A) o Corregedor.
- (B) o Tribunal Pleno.
- (C) a Auditoria-Geral.
- (D) o Presidente do Tribunal.
- (E) a Central de Fiscalização Interinstitucional.

24

Diversas organizações não governamentais, com sede e operações no Estado do Pará, consultaram um especialista em relação à forma de operacionalização da iniciativa popular na forma como disciplinada pela Constituição do Pará. Elas almejavam saber se seus associados poderiam apresentar proposições legislativas, bem como que proposições poderiam ser apresentadas.

O especialista respondeu corretamente que

- (A) apenas projetos de lei, ordinária ou complementar, podem ter iniciativa popular.
- (B) podem ter iniciativa popular tanto projetos de lei como propostas de emenda constitucional.
- (C) os projetos de lei de iniciativa popular devem ser subscritos, no mínimo, por dez por cento do eleitorado do Estado.
- (D) os projetos de lei de iniciativa popular devem ser subscritos, no mínimo, por quinze por cento do eleitorado do Estado.
- (E) os projetos de lei de iniciativa popular devem ser subscritos, no mínimo, por três décimos por cento do eleitorado do Estado, distribuídos, no mínimo, por dez municípios.

25

O Governador do Estado do Pará deve encaminhar ao Tribunal de Contas as contas correspondentes ao último exercício financeiro, para fins de emissão de parecer prévio.

Ao consultar sua assessoria em relação ao alcance e ao procedimento afeto à análise dessa prestação de contas, foi corretamente esclarecido ao Chefe do Poder Executivo, à luz da sistemática estabelecida na Lei Complementar estadual nº 81/2012, que

- (A) as contas compreendem as atividades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, dos Tribunais de Contas do Estado, dos Ministérios Públicos e da Defensoria Pública.
- (B) o parecer prévio se desenvolve em bases puramente inquisitoriais, devendo ser assegurados, no âmbito da Assembleia Legislativa, o contraditório e a ampla defesa.
- (C) essa prestação consiste no Balanço Geral do Estado, no Relatório do Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo e no Relatório de Auditoria Independente.
- (D) o parecer prévio deve ser estruturado em capítulos, sendo cada qual direcionado a uma estrutura orgânica diretamente subordinada ao Poder Executivo, com a menção, ao final, da conclusão pela aprovação, ou não.
- (E) o parecer prévio deve ser exarado no prazo de sessenta dias, prorrogáveis, a juízo da Assembleia Legislativa, por mais trinta dias, veiculando análise conclusiva sobre os aspectos contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial.

História, Geografia e Conhecimentos do Estado do Pará

26

A respeito do processo histórico de formação do atual Estado do Pará, assinale a afirmativa que descreve corretamente uma de suas etapas.

- (A) No contexto da União das Coroas Ibéricas, iniciou-se a ocupação militar na embocadura do rio Amazonas, com a fundação de Belém, em 1616, como estratégia para assegurar a posse do território, em um período de intensas invasões holandesas, francesas e castelhanas.
- (B) No século XVII, a distribuição das missões na região amazônica era regulamentada pela cúria romana, mediante a Congregação *Propaganda Fide*, para evitar conflitos de jurisdição entre carmelitas, jesuítas e mercedários.
- (C) Durante a regência do padre Diogo Feijó (1835-1838), ocorreu a revolta popular dos Cabanos, motivada por pobreza, fome e doenças que afetavam a população da então Capitania do Grão Pará e Maranhão.
- (D) Na segunda metade do século XIX, a cadeia produtiva gomífera baseou-se em um sistema de adiantamento de créditos e dívida permanente conhecido como aviamento, o qual contribuiu para a expansão da coleta do látex no interior da floresta.
- (E) No decorrer da Segunda Guerra Mundial, os seringueiros do Pará constituíram um batalhão conhecido como “soldados da borracha”, mobilizado para o teatro de operações dos Aliados no Mediterrâneo.

27

Na primeira metade dos anos 1970, o programa de desenvolvimento de infraestrutura para essa região foi baseado no conceito de planejamento de “eixos de desenvolvimento” realizado mediante a construção de numerosas estradas de longa distância, como a Transamazônica, a Perimetral Norte, a Cuiabá-Santarém, a Cuiabá-Porto Velho e a ligação Porto Velho-Manaus. Essas rodovias serviram de porta de acesso para a migração para a Amazônia e foram planejadas para o estabelecimento de áreas de atividades econômicas na forma dos chamados corredores de desenvolvimento.

O trecho descreve o plano de desenvolvimento para a região amazônica conhecido como

- (A) Programa Avança Brasil.
- (B) Programa Grande Carajás (PGC).
- (C) Programa para a Integração Nacional (PIN).
- (D) Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7).
- (E) Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil (Polonoroeste).

28

A Área de Proteção Ambiental (APA) Arquipélago do Marajó é considerada a maior Unidade de Conservação na costa norte do Brasil.

A respeito da APA Marajó, é correto afirmar que

- (A) protege a biodiversidade dos ecossistemas que compõem os biomas amazônico e o pantanal, marcado pelas savanas alagadas.
- (B) apresenta uma paisagem alterada pelo período chuvoso, quando as várzeas e os campos baixos são inundados por 3 a 4 meses.
- (C) possui uma vegetação predominantemente composta por florestas decíduas temperadas, mais densas nas regiões aluvial e de terras baixas.
- (D) contém uma área de formação pioneira, com vastas áreas de dunas, caatinga e de florestas tropical ainda intocada.
- (E) abriga o povo marajoara, descendente de etnias indígenas pré-colombianas que se mantiveram isoladas do resto do continente.

29

Em 1989 em Altamira (PA), no encontro com as Nações Indígenas do Xingu, no qual debateu-se a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, a líder indígena Tuíra Kayapó levantou-se da plateia e encostou a lâmina de seu facão no rosto do então diretor da Eletronorte, em um gesto de advertência e indignação. A cena foi reproduzida em diversos jornais e tornou-se um marco do socio ambientalismo brasileiro.



A respeito da *perspectiva socio ambientalista*, que fortaleceu a correlação entre povos tradicionais e conservação do meio ambiente, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () Nessa perspectiva, as populações tradicionais da Amazônia deixam de ser consideradas entraves ao desenvolvimento e passam a ser entendidas como sujeitos políticos capazes de articular práticas conservacionistas e direitos territoriais.
- () Essa perspectiva resulta da associação entre luta política e preocupações ambientais, exemplificada pela coalizão Aliança dos Povos da Floresta, que mobilizou seringueiros e indígenas e culminou no assassinato de uma de suas lideranças, Chico Mendes, em 1988.
- () Essa perspectiva foi criticada na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (Rio-92), que defendeu um desenvolvimento sustentável, em que os direitos de comunidades tradicionais não se sobrepõem à meta de produção de energia limpa, como a hidrelétrica.

Assinale a opção que indica a sequência correta, na ordem apresentada.

- (A) V – V – F.
- (B) V – F – V.
- (C) F – V – V.
- (D) F – V – F.
- (E) V – V – V.

30

Desde a década de 1980, a fotógrafa paraense Elza Lima tem se dedicado a registrar os modos de vida e a cultura do território amazônico. O acervo dessa artista e documentarista paraense revelam, ao mesmo tempo, o contexto sociocultural da região em que vive e o universo fabuloso que ela desenvolve mediante sua abordagem estética e seu manejo do equipamento fotográfico, como mostram as imagens reproduzidas a seguir.

Adaptado de <https://revistacontinente.com.br/edicoes/209/rparece-que-o-mundo-se-prepara-para-desaparecer>



Rio das Lavadeiras, Altamira, Pará, 1991 (matriz-negativo).



Abaetetuba, Pará, 1993 (matriz-negativo)

Com base nas imagens, analise as afirmativas a seguir a respeito da obra fotográfica de Elza Lima.

- I. A fotografia de Elza Lima documenta o cotidiano das populações ribeirinhas do Pará, registrando as festas populares, as moradias, as brincadeiras infantis e a presença de objetos industrializados no dia a dia das comunidades.
- II. As imagens mostram a relação afetiva das pessoas com o meio ambiente: crianças correndo ou segurando animais silvestres como se fossem de estimação.
- III. A obra de Elza Lima associa documentação e subjetividade, sobretudo quando consegue o efeito de congelamento de instantes fugazes, pelo cuidado com o enquadramento e a composição visual.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

Módulo II - Conhecimentos Específicos

Básicos

Noções de Direito

31

Após a obtenção de sua independência em relação ao País Alfa, as lideranças políticas do País Beta iniciaram tratativas com o objetivo de elaborar sua primeira Constituição. Com esse objetivo, definiram que seria convocada uma Assembleia Nacional Constituinte.

Nessa situação, é correto afirmar que o poder constituinte é um poder

- (A) de fato.
- (B) de direito.
- (C) derivado.
- (D) decorrente.
- (E) pós-fundacional.

32

João, Maria e Isabel pretendiam ter participação ativa na próxima eleição a ser realizada, cogitando, inclusive, a possibilidade de concorrerem a cargos eletivos. Ocorre que, na data do pleito, por variadas razões, João estará inelegível, Maria estará inabilitada para o exercício de uma função pública; e Isabel estará com os direitos políticos suspensos.

Nesse caso, é correto afirmar que

- (A) apenas João e Maria poderão votar.
- (B) João, Maria e Isabel estarão com o alistamento eleitoral cancelado.
- (C) apenas João e Isabel não poderão concorrer a um cargo eletivo.
- (D) embora possam votar, João, Isabel e Maria não poderão concorrer a um cargo eletivo.
- (E) João, Maria e Isabel poderão votar, ou não, conforme o que previu a decisão que impôs as restrições à sua esfera jurídica.

33

Após ampla mobilização popular, visando à contenção do gasto público e ao zelo pela moralidade administrativa, foram iniciados debates, no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado Sigma, para a apresentação de proposta de emenda constitucional que iria dispor que as leis orgânicas dos municípios situados no território de Sigma devem estatuir:

- I. o número máximo de secretarias do Poder Executivo;
- II. a remuneração máxima dos cargos do Poder Executivo;
- III. os balizamentos a serem observados para a prática de atos discricionários.

Considerando as três temáticas referidas, é correto afirmar que a Constituição Estadual

- (A) pode dispor sobre todas.
- (B) não pode dispor sobre nenhuma.
- (C) pode dispor apenas sobre a matéria referida em II.
- (D) pode dispor apenas sobre as matérias referidas em I e III.
- (E) pode dispor apenas sobre as matérias referidas em I e II.

34

O Poder Executivo do Estado Alfa estava envolvido em uma grande crise institucional, com reiteradas situações de descumprimento de comandos normativos veiculados em leis federais. Por tal razão, a oposição ao governo consultou um especialista em relação à possibilidade desses fatos ensejarem a decretação de intervenção federal.

O especialista esclareceu corretamente que

- (A) é cabível a intervenção, a ser decretada pelo Presidente da República após provocação do Congresso Nacional.
- (B) é cabível a intervenção provocada, sendo que há somente um legitimado para o ajuizamento da respectiva representação.
- (C) apesar da gravidade da situação, a hipótese não se enquadra no rol daquelas que autorizam a decretação da intervenção federal.
- (D) é cabível a intervenção espontânea, a ser decretada pelo Presidente da República, com posterior manifestação do Congresso Nacional.
- (E) é cabível a intervenção após o provimento, pelo Tribunal de Justiça ou pelo Tribunal de Contas, da representação que venha a ser apresentada.

35

Com o objetivo de evitar uma iminente greve em certos setores do funcionalismo público federal, o Presidente da República, após se reunir com os Ministros das respectivas áreas, editou a Medida Provisória nº X (MPX), acolhendo parte das reivindicações das lideranças dos servidores públicos, de modo a alterar o regime jurídico da categoria. A MPX foi editada no dia seguinte à aprovação do Projeto de Lei nº Y (PLY) sobre a matéria no âmbito do Congresso Nacional. O PLY, no entanto, ainda não tinha sido encaminhado ao Poder Executivo.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que a MPX

- (A) não poderia ter sido editada.
- (B) somente poderia ter sido editada após o recebimento do PLY.
- (C) irá sobrestar o encaminhamento do PLY, devendo ser anexada a ele.
- (D) foi editada com base no juízo de conveniência e oportunidade do Presidente da República, não tendo vício.
- (E) embora não tenha vício, perderá a eficácia, naquilo que for colidente com o PLY, caso este último seja sancionado.

36

Ao analisar a jurisprudência dos Tribunais Superiores, Stephanie observou que determinado princípio implícito na Constituição da República costuma ser invocado como fundamento para limitar a autotutela da Administração, inclusive nas hipóteses em que é admitida, ainda que excepcionalmente, a aplicação da teoria do fato consumado em matéria administrativa.

É correto afirmar que tal princípio é o da

- (A) legalidade.
- (B) publicidade.
- (C) segurança jurídica.
- (D) eficiência.
- (E) probidade.

37

A Lei nº 8.429/92 tipifica os atos de improbidade que importam em enriquecimento ilícito, os que causam lesão ao erário e os que atentam contra os princípios da Administração Pública.

Nesse contexto, à luz do mencionado Diploma Legal, é correto afirmar que são passíveis de responsabilização objetiva

- (A) todos os atos de improbidade tipificados na norma em questão.
- (B) os atos de improbidade que importam em enriquecimento ilícito.
- (C) os atos de improbidade que causam prejuízo ao erário.
- (D) os atos de improbidade que atentam contra os princípios da Administração Pública.
- (E) nenhum dos atos de improbidade tipificados na norma em questão.

38

Considerando os contornos da Administração Pública na Constituição de 1988, é correto afirmar que são entidades administrativas, integrantes da Administração Indireta, que são criadas por lei, diante de sua personalidade jurídica de direito público

- (A) as entidades autárquicas.
- (B) as sociedades de economia mista.
- (C) as empresas públicas.
- (D) os serviços sociais autônomos.
- (E) as organizações da sociedade civil de interesse público.

39

Anaclésio é servidor público estável, ocupante de cargo considerado técnico, integrante de carreira na Administração Direta no Estado do Pará, sendo certo que ele está analisando a viabilidade de acumular aquele que ocupa e exerce com outro cargo, emprego ou função no âmbito da Administração Pública

Diante dessa situação hipotética, considerando as disposições constitucionais acerca do tema, é correto afirmar que Anaclésio

- (A) apenas poderia acumular cargos públicos se fosse profissional da área de saúde.
- (B) poderia acumular o cargo em questão com qualquer outro emprego no âmbito da Administração Indireta.
- (C) poderia acumular o cargo técnico em questão com outro cargo efetivo de professor.
- (D) somente poderia acumular tal cargo com outra função pública, que não se enquadre como cargo ou emprego público.
- (E) poderia acumular o cargo que ocupa com qualquer outro cargo, emprego ou função de natureza burocrática.

40

No âmbito do Poder Regulamentar, diversas são as classificações a respeito dos regulamentos editados pelo Poder Público, entre elas aquela apoiada no fundamento de validade dos atos regulamentares.

Nesse contexto, aqueles que possuem fundamento de validade direto na Constituição e que inovam no ordenamento jurídico, não sendo necessário, para tanto, intermediação legislativa são os

- (A) regulamentos executivos.
- (B) regulamentos de necessidade.
- (C) regulamentos delegados.
- (D) regulamentos autônomos.
- (E) regulamentos autorizados.

Administração Pública, gestão e fiscalização de contratos

41

Modelos de administração pública compreendem um conjunto de teorias, características, normas, padrões, finalidades e práticas próprias, que identificam/definem o tipo de administração de determinada época/período. Os modelos passados demonstram organização, estrutura e “modus operandi” que já existiram – e o modelo atual serve de referência para a administração pública contemporânea, ao mesmo tempo que indica perspectivas e tendências para o futuro.

(PALUDO, Augustinho. Administração Pública. São Paulo: Editora Jvspodium, 2024. p. 119.)

Quanto aos modelos de administração pública avalie as afirmativas a seguir:

- I. Embora haja predominância de determinado modelo no curso histórico da Administração Pública, os três modelos coexistem.
- II. O modelo burocrático não foi plenamente implementado no Brasil.
- III. Exemplo de manutenção do modelo patrimonialista é o corporativismo, que se torna evidente nos momentos de ameaça aos setores dominantes.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

42

Na população de determinado município sobressaíram discussões quanto à necessidade de se incrementar a economia local, mais propriamente aquela referente aos microempreendedores. Após análises, verificou-se a dificuldade de obtenção de crédito por parte desse setor que, por sua vez, é o maior responsável pelas contratações diretas de mão de obra no setor privado.

O Poder Executivo local elencou então alternativas possíveis, entre elas a concessão de microcrédito mediante agência pública de fomento a ser criada. Outra alternativa possível seria a concessão de benefícios exclusivos nas contratações públicas, mas parte do parlamento local discorda das propostas apresentadas. Assim, o tema foi conduzido à audiência pública na Câmara de Vereadores.

A situação apresentada se refere à seguinte etapa do ciclo das políticas públicas:

- (A) Pré-definição do problema público.
- (B) Formação da agenda pública.
- (C) Elaboração da política pública.
- (D) Formulação da política pública.
- (E) Implementação da política pública.

43

Quanto às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Instituição hospitalar privada que tenha como objetivo social a prestação de serviços clínico mediante cobrança valores acessíveis, constituída há quatro (4) anos, não pode ser qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.
- (B) Organização que tenha por objeto social a experimentação, não lucrativa, de novos modelos socioprodutivos e de sistemas alternativos de produção, constituída há dois (2) anos, não pode ser qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.
- (C) Organização privada de defesa do meio ambiente que preveja em seu estatuto que, em caso de dissolução, o seu patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica qualificada, não pode ser qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.
- (D) Entidade privada de benefício mútuo, destinada a proporcionar bens aos seus associados, que preveja, em seu estatuto, a observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência, não pode ser qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.
- (E) Organização não lucrativa de conservação do patrimônio histórico e artístico que em sua requisição deixa de apresentar demonstração do resultado do exercício terá sua qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público indeferida.

44

Avalie se as afirmativas a seguir, relacionadas à constituição das entidades paraestatais, estão corretas.

- I. É permitida a participação de servidores públicos na composição de conselho ou diretoria de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.
- II. O órgão colegiado de deliberação superior de Organização Social deve possuir, em sua composição, representantes do Poder Público e de membros da comunidade.
- III. É possível a celebração de parceria com Organização da Sociedade Civil que tenha como dirigente membro do Ministério Público.

Está correto o que se afirma em

- (A) II e III, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I, apenas.
- (E) I, II e III.

45

Uma Secretaria Municipal de Saúde levantou, durante a elaboração de seu planejamento estratégico, os seguintes fatores:

- I. Profissionais competentes e engajados.
- II. Dimensionamento inadequado das equipes.
- III. Equipe aderente à melhoria do processo.
- IV. Equipamentos modernos.
- V. Novas exigências pelo Ministério da Saúde como requisito para transferência de recursos de procedimentos não previstos.
- VI. Falta de estrutura física para expansão.
- VII. Dificuldade na integração entre sistemas de informação.
- VIII. Inovações tecnológicas em saúde.
- IX. Contingenciamento orçamentário.
- X. Transferências da União por emenda parlamentar.

Considerando a análise SWOT, assinale a afirmativa correta:

- (A) Os fatores III, VIII e X são oportunidades.
- (B) Os fatores II, V e IX são ameaças.
- (C) Os fatores I, IV e VIII são forças.
- (D) Os fatores II, VI e IX são fraquezas.
- (E) Os fatores V, VI e X são ameaças.

46

Permite que os cidadãos estejam no centro das decisões e ações da administração pública, ajudando a combater a corrupção e os desvios de conduta, abrindo espaço para soluções e práticas inovadoras na gestão pública, e aumentando a capacidade de respostas tempestiva aos eventuais problemas.

(BRASIL, GP GP, 2018)

Com base no trecho do Guia da Política de Governança Pública, elaborado pelo Governo Federal, assinale o princípio de governança que corresponde ao preceito contido no excerto acima.

- (A) *Accountability*.
- (B) Integridade.
- (C) Confiabilidade.
- (D) Participação Social.
- (E) Transparência.

47

A Lei nº 14.133/2021 estabelece que as contratações públicas deverão submeter-se a práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo, inclusive mediante adoção de recursos de tecnologia da informação, e, além de estar subordinadas ao controle social, sujeitar-se-ão às linhas de defesa nela delimitadas.

Acerca do aludido tema, à luz do mencionado Diploma Legal, é correto afirmar que os Tribunal de Contas

- (A) integram todas as linhas de defesa, em razão da relevância do controle por eles exercido.
- (B) integram a primeira linha de defesa, juntamente com as autoridades que atuam na estrutura de governança do órgão ou entidade.
- (C) integram a segunda linha de defesa, juntamente com as unidades de assessoramento jurídico.
- (D) integram a terceira linha de defesa, juntamente o órgão central de controle interno da Administração.
- (E) não integram tais linhas de defesa, que são compostas apenas pelos órgãos de controle interno.

48

A autoridade competente, após o devido processo administrativo, estava em vias de aplicar à sociedade *Gafanhoto* a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, razão pela qual questionou as peculiaridades de tal penalidade, à luz do disposto na Lei nº 14.133/2021, sendo correto responder a tal indagação que

- (A) trata-se de penalidade que não é passível de reabilitação.
- (B) o prazo máximo da penalidade é de 6 (seis) anos.
- (C) a irrisignação pertinente para impugnar a imposição de tal penalidade na via administrativa é o recurso hierárquico.
- (D) sua aplicação impede o responsável de licitar ou contratar apenas no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção.
- (E) não é cabível a sua aplicação nas hipóteses em que o contratado comete a infração de não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.

49

Com relação aos pagamentos a serem realizados pela execução dos contratos administrativos, nos termos da Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que

- (A) no dever de pagamento pela Administração Pública a ordem cronológica do adimplemento dos contratos não pode ser alterada em nenhuma hipótese.
- (B) disposição expressa no edital ou no contrato poderá prever pagamento em conta vinculada ou pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador.
- (C) é admitido o pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento de bens, à execução de obras ou à prestação de serviços.
- (D) no caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa não poderá ser liberada no prazo previsto para pagamento.
- (E) na contratação de obras, fornecimento e serviços é vedada a determinação de remuneração variável vinculada ao desempenho do contrato, com base em metas, padrões de qualidade ou qualquer outro critério.

50

No exercício de suas atribuições como auditor de controle externo do Tribunal de Contas do Estado do Pará, para fins de elaboração de certos contratos administrativos, Ednardo foi instado a se manifestar acerca da existência de discricionariedade quanto à previsão de matriz de alocação de riscos entre contratante e contratado nos respectivos editais.

Nesse contexto, diante do disposto na Lei nº 14.133/2021, Ednardo respondeu corretamente que

- (A) a previsão de matriz de risco submete-se à discricionariedade da Administração em qualquer contrato, independente do objeto ou do regime de execução.
- (B) há discricionariedade quanto à previsão de matriz de risco nos contratos de fornecimento, nas locações e nos contratos de obra, ainda que sejam realizados pelo regime da contratação semi-integrada.
- (C) nos contratos de grande vulto, além de outras hipóteses especificadas na lei de regência, notadamente quanto ao regime de execução, não há discricionariedade com relação à previsão de matriz de risco.
- (D) nas hipóteses de contratação pelos regimes de empreitada integral e empreitada por preço global não há discricionariedade da Administração acerca da previsão de matriz de risco.
- (E) dentre os regimes de execução indireta previstos na norma de regência, não há discricionariedade da Administração quanto à previsão de matriz de risco apenas em relação ao da contratação integrada.

Controle Externo

51

Nos termos da ISSAI 20, *Accountability e transparência são dois elementos importantes de boa governança. A transparência é uma força poderosa que, quando aplicada de forma consistente, pode ajudar a combater a corrupção, melhorar a governança e promover a accountability.*

Considerando as disposições da referida norma, analise as afirmativas a seguir sobre os conceitos de *accountability*, transparência e sobre os princípios nela veiculados:

- I. É difícil separar *accountability* de transparência: ambas englobam muitas das mesmas ações, como por exemplo, a comunicação pública.
- II. A noção de transparência refere-se à informação pública tempestiva, confiável, clara e relevante da EFS sobre sua situação, seu mandato, sua estratégia, suas atividades, sua gestão financeira, suas operações e seus resultados.
- III. As EFS garantem que esses princípios de *accountability* e transparência não são comprometidos quando terceirizam suas atividades, inclusive as funções fiscalizadora e sancionadora.
- IV. O conceito de *accountability* refere-se à estrutura jurídica e de comunicação, à estrutura organizacional e estratégia, aos procedimentos e às ações para garantir que o dirigente da EFS, os membros (de instituições colegiais) e o servidores da EFS possam ser responsabilizados pelos seus atos, dentre outras iniciativas.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III, somente.
- (B) I, II e IV, somente.
- (C) I, II, III e IV.
- (D) II e IV, somente.
- (E) I e II, somente.

52

A Constituição também tratou em seu texto da figura do Auditor (Substituto de ministro ou Conselheiro) ... o Auditor tem a função precípua de substituir os membros titulares em suas faltas, impedimentos, férias, licenças ou vacância do cargo.

(Paschoal, Valdecir. Direito Financeiro e Controle Externo. Impetus: 2004, p. 187)

A Lei Orgânica e o Regimento Interno do TCE-PA disciplinam as atribuições dos Auditores (substitutos de Conselheiros) de que trata o texto de Paschoal.

Considerando as disposições dessas normas, uma atribuição dos Auditores é

- (A) relatar e propor decisão por escrito dos processos que lhe sejam distribuídos, a ser votada e discutida exclusivamente pelos Conselheiros Titulares.
- (B) exercer as funções inerentes ao cargo de Conselheiro, no caso de vacância, até novo provimento, não podendo, no entanto, votar nem ser votado nas eleições para Presidente, Vice-Presidente, Corregedor e Ouvidor.
- (C) substituir o Conselheiro-Presidente em suas ausências e impedimentos por motivo de licença, férias ou outro afastamento legal.
- (D) relatar e votar os processos que lhe sejam distribuídos, inclusive os referentes às contas de governo do Estado e dos municípios jurisdicionados ao TCE-PA.
- (E) presidir e orientar a instrução processual da matéria da qual seja Relator; determinando todas as providências e diligências necessárias àquele fim.

53

Nos termos da Declaração de Lima, as Entidades Fiscalizadoras Superiores (EFS) só podem desempenhar suas tarefas objetiva e efetivamente quando são independentes da auditada. Ademais, a norma preceitua que *em suas carreiras profissionais, os auditores de Entidades Fiscalizadoras Superiores não devem ser influenciados pelas organizações auditadas e não devem ser dependentes dessas organizações.*

Ao discorrer sobre a independência das EFS, Ismar Viana destaca que

... a independência técnico-funcional do agente de controle não se limita ao plano formal, mediante a definição, em lei, das atribuições do cargo, e da arregimentação de servidores públicos pela via do concurso específico... (2019, p.15).

Para o autor, a independência das EFS se relaciona à ausência de interferências no exercício da função de controle, o que se concretiza, *no plano material*, pela

- (A) garantia legal de estabilidade no serviço público.
- (B) previsão constitucional de seleção de membros e auditores com base no nível de complexidade do cargo.
- (C) garantia de meios para elaboração de pareceres técnicos que reflitam com fidedignidade os achados de auditoria.
- (D) exigência de notórios conhecimentos jurídicos e contábeis, dentre outros, para seleção dos membros dos Tribunais de Contas.
- (E) definição, em Lei, das atribuições dos membros e auditores dos Tribunais de Contas.

54

Após atendimento dos requisitos constitucionais, foi criado Estado-Membro da federação brasileira a partir da cisão de outro Estado.

Nos 10 (dez) primeiros anos da criação desse novo Estado, deve-se observar a seguinte regra atinente à composição do respectivo Tribunal de Contas:

- (A) Será composto por 7 (sete) Conselheiros, sendo três deles nomeados pelo Governador Eleito.
- (B) Será composto por 7 (sete) Conselheiros de reputação ilibada e mais de 10 anos de experiência profissional.
- (C) Será composto por 5 (cinco) Conselheiros eleitos pelo Poder Legislativo.
- (D) Será composto por 3 (três) Conselheiros escolhidos pelo Poder Legislativo, desde que comprovem idoneidade moral e experiência profissional.
- (E) Será composto por 3 (Três) Conselheiros, nomeados pelo Governador eleito, dentre brasileiros de comprovada idoneidade e notório saber.

55

O Sr. José, Secretário de Saúde de um órgão estadual jurisdicionado ao TCE-PA, praticou ato potencialmente danoso ao erário. Ao tomar conhecimento do fato, o órgão competente daquele instaurou e realizou o respectivo processo de tomada de contas especial em que apurou débito e imputou responsabilidade ao Sr. José e a outros dois servidores, encaminhando os resultados da apuração ao TCE-PA.

No entanto, o Tribunal de Contas verificou que, antes de pronunciar-se quanto ao mérito das contas, era necessária a manifestação dos responsáveis, tendo em vista o seu direito ao contraditório.

Nessa situação, e considerando as disposições do Regimento Interno do TCE-PA, o julgamento do Tribunal resultou em

- (A) decisão definitiva, com notificação dos responsáveis.
- (B) decisão preliminar, com ciência dos responsáveis.
- (C) citação dos responsáveis, para apresentação de defesa.
- (D) decisão terminativa, com quitação aos responsáveis.
- (E) notificação dos responsáveis, para apresentação de suas razões.

56

O recente fenômeno relacionado aos órgãos constitucionais autônomos faz com que, embora inseridos na organização dos poderes, esses órgãos não se enfeixem nos três blocos orgânicos clássicos, e, sim, ao lado deles. O Tribunal de Contas é definido como “órgão especial” de destaque constitucional, possuindo caráter “sui generis”.

(GUERRA, Evandro Martins. Controle Externo da Administração Pública. Ed. Forum, 2019, p. 168)

O autor discorre sobre a natureza jurídica dos Tribunais de Contas e destaca que, dessa natureza, decorrem algumas características peculiares.

Avalie se essas características dos Tribunais de Contas incluem:

- I. são órgãos híbridos, com função de controle externo formada por distintas competências de caráter técnico.
- II. possuem hierarquia própria e independente, apartada dos poderes.
- III. seus membros são equiparados aos do Poder Judiciário, possuindo as mesmas garantias, prerrogativas e impedimentos.
- IV. possuem iniciativa legislativa própria e competência normativa reguladora específica.

Estão corretas:

- (A) II, III e IV, somente.
- (B) II e IV, somente.
- (C) I, II e IV, somente.
- (D) I, II, III e IV.
- (E) I, II e III, somente.

57

Em processo de representação apresentado por Membro do Ministério Público de Contas junto ao TCE-PA, o Relator deferiu pedido de medida cautelar em que determinou ao gestor do órgão jurisdicionado que não realizasse os pagamentos decorrentes do contrato impugnado na referida representação até que houvesse decisão definitiva pelo Tribunal.

Em face da decisão do Relator cabe recurso de

- (A) agravo regimental, sem efeito suspensivo, no prazo de 5 (cinco) dias.
- (B) reconsideração, sem efeito suspensivo, no prazo de 10 (dez) dias.
- (C) reexame, no prazo de 5 (cinco) anos.
- (D) embargo de declaração, com efeito suspensivo.
- (E) incidente de constitucionalidade.

58

Em uma Unidade de Auditoria da Secretaria de Controle Externo do TCE-PA identificou a necessidade avaliar um possível objeto de fiscalização para verificar a viabilidade de realização de atividade fiscalizatória.

Considerando as disposições do Regimento Interno do TCE-PA, o instrumento de fiscalização a ser usado para esse objetivo é

- (A) a inspeção.
- (B) o monitoramento.
- (C) a auditoria operacional.
- (D) o levantamento.
- (E) o acompanhamento.

59

Durante o julgamento de um processo de tomada de contas em Sessão Ordinária do Plenário do TCE-PA, um dos Conselheiros requereu vistas dos autos para apreciar de forma mais aprofundada o seu conteúdo e formar sua convicção, tendo o seu pedido deferido na forma do Regimento Interno do Tribunal.

Nessa hipótese, avalie se o Conselheiro que estiver em posse dos autos para vista poderá:

- I. determinar a realização de diligências externas.
- II. requerer a juntada de documentos, independentemente de aprovação do Tribunal Pleno.
- III. observar o prazo de adiamento do julgamento por, no máximo, duas sessões ordinárias, salvo prorrogação desse prazo por decisão do Tribunal Pleno.
- IV. na sessão em que o processo retornar à pauta, reabrir a discussão do voto-vista, não sendo possível a concessão de novos pedidos de vista aos demais Conselheiros.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e III, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I, III e IV, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) I, apenas.

60

Nos termos do Regimento Interno do TCE-PA, as deliberações do Tribunal Pleno serão na forma de Resolução quando se tratar de

- (A) atos de admissão de pessoal, aposentadorias, reformas e pensões.
- (B) propostas de medida cautelar.
- (C) decisões preliminares do Tribunal.
- (D) aprovação de Regulamentos dos Serviços Auxiliares.
- (E) denúncias ou representações de qualquer natureza.

Módulo III - Conhecimentos Específicos Avançados

61

A NBASP 140 tem como objetivo ajudar os Tribunais de Contas (TCs) a instituir, estabelecer e manter um sistema de controle da qualidade de suas auditorias apropriado às suas competências, de forma a responder aos seus riscos de qualidade.

O sistema de controle da qualidade inclui o controle e a assegurar a qualidade do processo de auditoria dos TCs, e é composto por seis elementos, orientados por princípios.

O princípio que preceitua o estabelecimento de políticas e procedimentos destinados a fornecer segurança razoável de que têm pessoal suficiente, competente, capaz e comprometido com os princípios éticos para executar trabalhos de acordo com as normas profissionais, a legislação e as exigências regulamentares correspondentes, é integrante do seguinte elemento:

- (A) Recursos Humanos.
- (B) Governança.
- (C) Tecnologia organizacional.
- (D) Estrutura organizacional.
- (E) Monitoramento.

62

José, Auditor de Controle Externo do TCE-PA, integrava a equipe de auditorias que realizava um trabalho de conformidade em um órgão da administração pública estadual paraense. Ao analisar a evidência de um achado de auditoria, José, por motivos ideológicos, não manteve o distanciamento profissional necessário e não demonstrou uma atitude questionadora ao avaliar se a evidência obtida era suficiente e apropriada.

Considerando as disposições das NBASP-100, assinale o princípio fundamental de auditoria no setor público que não foi observado por José.

- (A) Julgamento profissional.
- (B) Ceticismo profissional.
- (C) Qualidade do trabalho de auditoria.
- (D) Devido zelo.
- (E) Comunicação eficaz.

63

Ao realizar um trabalho de auditoria financeira em um órgão sujeito à jurisdição do TCE-PA, a respectiva equipe de auditoria, com base em evidências suficientes e apropriadas, concluiu que as distorções, em conjunto, são generalizadas.

Nessa hipótese, os auditores podem emitir opinião de auditoria modificada que se classifica como

- (A) adversa.
- (B) com ressalvas.
- (C) apropriada.
- (D) abstenção de opinião.
- (E) completa.

64

A NBASP 300 estabelece diversas diretrizes a serem observadas no monitoramento dos achados e das recomendações decorrentes dos trabalhos de auditorias operacionais.

Em relação ao tema, avalie se as diretrizes a seguir, relativas às definidas naquela norma, estão corretas.

- I. O monitoramento deve ser relatado adequadamente para dar um retorno ao poder legislativo, se possível, juntamente com as conclusões e os impactos de todas as ações corretivas relevantes.
- II. O monitoramento é uma atividade independente que aumenta o valor do processo de auditoria ao fortalecer o impacto da auditoria e lançar as bases para o aprimoramento de futuros trabalhos de auditoria.
- III. O monitoramento encoraja somente o Tribunal de Contas, e não os auditados, a levar a auditoria a sério e fornece aos auditores lições úteis e indicadores de desempenho.
- IV. O monitoramento se restringe à implantação das recomendações, não podendo incluir a avaliação de outras ações implementadas pelo auditado.

Estão corretas as diretrizes

- (A) I, II, III e IV.
- (B) III e IV, somente.
- (C) I, II e IV, somente.
- (D) II e III, somente.
- (E) I e II, somente.

65

Assinale a alternativa que apresenta uma orientação da NBASP 200 – Princípios de Auditoria Financeira, aplicável a um trabalho dessa natureza realizado pelo TCE-AP em um órgão da administração pública estadual.

- (A) Terá por objeto os dados contábeis e financeiros relacionados a uma entidade, bem como os programas, sistemas e processos governamentais.
- (B) O “usuário” das demonstrações contábeis no setor público é primariamente Tribunal de Contas e o Governador do Estado.
- (C) A auditoria financeira será um trabalho de asseguarção razoável, que é um alto nível de asseguarção.
- (D) Caso a equipe realize um trabalho de asseguarção limitada, esse trabalho também será abrangido pelas NBASP atuais que tratam da auditoria financeira.
- (E) O auditor é responsável pela elaboração da informação do objeto e pela implementação das transações contábeis subjacentes.

66

Tereza, experiente negociadora de veículos usados, anuncia um veículo por preço bem abaixo do mercado, despertando o interesse de Cristina. Cristina então procurou Tereza a fim de adquirir o veículo.

Curiosa para entender a razão pela qual Tereza estava vendendo o bem por um valor bem abaixo de mercado, interrogou Tereza, que então explicou que o veículo foi adquirido por herança de seu avô e que seus primos estariam reclamando judicialmente a propriedade do bem, informando, inclusive, o número do processo. Considerando o valor do bem, Cristina resolveu fechar o negócio, que foi firmado por escrito, contando cláusula específica de exclusão de responsabilidade de Tereza caso os primos lograssem êxito na referida ação judicial e carro fosse por eles retomado. Foi acertado ainda o pagamento à vista.

Seis meses após a celebração da compra e venda, Cristina teve o carro apreendido por autoridade policial, que informou que o veículo era roubado e vinha sendo procurado há cerca de dois anos. Em seguida, Cristina procurou Tereza, requerendo a restituição dos valores pagos. Tereza, no entanto, se recusou, sob o argumento que o contrato celebrado entre as partes excluía integralmente a sua responsabilidade por eventual perda do bem.

Diante da situação hipotética narrada e em conformidade com a legislação vigente, avalie as assertivas a seguir.

- I. Tereza poderá ser responsabilizada pela evicção, a qual abarca a restituição integral do preço pago por Cristina, bem como a indenização pelas despesas dos contratos e as custas judiciais e honorários advocatícios.
- II. Tereza está correta em sua argumentação, pois constou do contrato, cláusula específica de exclusão de responsabilidade pela eventual perda do bem, o que abarca a apreensão por autoridade judicial.
- III. Eventual responsabilidade de Tereza, dependerá de sentença transitada em julgado determinando a perda do bem, sendo insuficiente para tal, a apreensão por autoridade policial.
- IV. Tereza não poderá ser responsabilizada pela perda do bem, pois informou a Cristina que se tratava de coisa litigiosa e, para compensar o risco, o preço pactuado foi abaixo do valor de mercado.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e IV, apenas.
- (E) IV, apenas.

67

A sociedade empresária “Conhecendo o Brasil”, especializada em turismo doméstico, regularmente constituída e com sede em Bonito (PA), conforme seu ato constitutivo, resolveu expandir os negócios e, para tal, constituiu três filiais. Assim, a diretoria permaneceu situada em Bonito (PA) e foram criadas filiais em Salvador (BA), Guarapari (ES) e Florianópolis (SC). Todas as unidades estão em funcionamento e são geridas como unidades de negócios.

Recentemente, o gerente da filial de Guarapari foi questionado por um dos parceiros comerciais locais acerca da indicação do domicílio da “Conhecendo Brasil” no contrato com ele firmado. Segundo o parceiro comercial, a indicação de Bonito como domicílio está errada, pois o contrato foi celebrado em Guarapari.

Sobre a situação narrada e em conformidade com a legislação vigente, é correto afirmar que

- (A) não assiste razão ao parceiro comercial da filial de Guarapari, pois, de fato, o domicílio da “Conhecendo o Brasil” é, exclusivamente, Bonito (PA).
- (B) não assiste razão ao parceiro comercial da filial de Guarapari, pois a sede e as filiais da “Conhecendo o Brasil” são consideradas como domicílio da pessoa jurídica para os atos nele praticados.
- (C) assiste razão ao parceiro comercial da filial de Guarapari, pois o domicílio para o exercício dos direitos e obrigações da “Conhecendo o Brasil” deverá ser o local onde os contratos foram firmados, não sendo possível especificar domicílio diverso nos contratos escritos.
- (D) não assiste razão ao parceiro comercial da filial de Guarapari, pois o domicílio da “Conhecendo o Brasil” é o local em que a sociedade empresária ficar sediada em ânimo definitivo.
- (E) assiste razão ao parceiro comercial da filial de Guarapari, pois à pessoa jurídica que possui filiais, aplica-se o princípio da pluralidade domiciliar e, conjuntamente, a regra do domicílio necessário que será aquele onde os atos tiverem sido praticados.

68

Pedro, 16 anos, desde o falecimento de seu pai em acidente de carro, ocorrido há dois anos, passou a adotar comportamento arreado, além de, recorrentemente, requerer que sua mãe, Olívia, o emancipe para que ele possa abandonar os estudos. Como Pedro recebeu vultosa herança de seu pai, acredita que não precisa estudar. Ante a recusa de Olívia em emancipá-lo, Pedro se tornou agressivo com a mãe e com todos com quem se relaciona, envolvendo-se constantemente em brigas.

No último domingo, após o término de uma partida de futebol, aborrecido com o fato de o seu time ter perdido, Pedro agrediu João, que transitava pela rua, vestindo a camisa do time rival. Em razão das agressões, João teve um braço fraturado e precisou interromper sua atividade profissional de motorista por 40 dias.

Ante a situação hipotética narrada e a legislação vigente, é correto afirmar que

- (A) Pedro tem responsabilidade civil direta e subjetiva pelos danos provocados, independentemente da situação financeira de Olívia.
- (B) Pedro e Olívia são solidariamente responsáveis pelos danos sofridos por João, de sorte que a vítima pode demandar qualquer um deles.
- (C) Olívia responde objetivamente pelos danos causados por Pedro, mas tem direito de regresso contra Pedro a partir do atingimento da maioridade civil.
- (D) Olívia responde direta e subjetivamente pelos danos causados por Pedro, não tendo direito de regresso contra o filho.
- (E) Caso Olívia não disponha de meios suficientes para indenizar João, Pedro, titular de patrimônio considerável, responderá pelos danos.

69

Os princípios do processo podem ser considerados como os pilares para a construção de um processo justo e pautado por valores constitucionais, com promoção e proteção dos direitos fundamentais de todos os envolvidos no processo.

A respeito do assunto, assinale a afirmativa correta.

- (A) O princípio do contraditório prévio impede a prolação de decisão contrária à parte sem que essa seja ouvida, ainda que se trate de decisão sobre tutela provisória de urgência.
- (B) A ampla defesa é o princípio processual que preconiza a necessidade de que o juízo competente seja definido por regras abstratas e prévias, confundindo-se com o juiz natural.
- (C) Como corolário da duração razoável do processo, as partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, excluída a atividade satisfativa.
- (D) A observância da proporcionalidade e da razoabilidade no processo civil é decorrência da aplicação do princípio do devido processo legal em sua feição substancial.
- (E) A exigência de comportamento processual conforme a boa-fé se aplica somente às partes, sendo prescindível seu cumprimento por parte do órgão julgador e do membro do Ministério Público que nele oficiar.

70

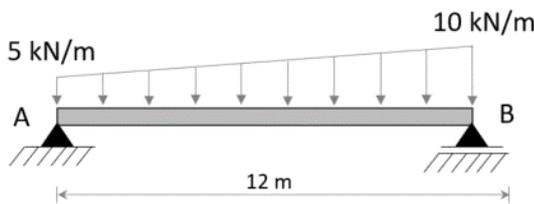
O controle judicial dos atos administrativos constitui importante mecanismo de verificação e correção da atuação da Administração Pública.

Sobre o tema, assinale a afirmativa correta.

- (A) O controle judicial do processo administrativo disciplinar restringe-se ao exame da regularidade do procedimento e da legalidade do ato, não sendo possível a incursão no mérito administrativo, ressalvada flagrante ilegalidade.
- (B) É lícito ao Poder Judiciário se imiscuir nos critérios adotados pela banca examinadora para correção de provas e de atribuição de notas em concurso público.
- (C) A intervenção do Poder Judiciário em políticas públicas voltadas à realização de direitos fundamentais, em caso de ausência ou deficiência grave do serviço executado, viola o princípio da separação dos poderes.
- (D) O ato de eliminação de candidato em concurso público pode ser revisto pelo Poder Judiciário, ressalvados os concursos públicos para carreiras militares, dada a prevalência da decisão da autoridade militar sobre a judicial em tal hipótese.
- (E) A motivação do ato administrativo pode ser concomitante ou posterior ao ato administrativo, não cabendo a anulação do ato ainda que seja motivado depois de sua prática.

71

Uma viga biapoiada com comprimento 12m está submetida a um carregamento distribuído trapezoidal que varia de 5kN/m a 10kN/m, como pode ser visto na figura. O apoio na extremidade da esquerda (ponto A) foi considerado um pino, enquanto o apoio em B foi modelado como um suporte do 1º gênero.

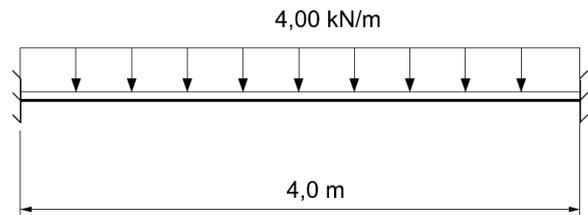


Neste caso, a reação de apoio vertical no ponto B vale

- (A) 10kN.
- (B) 20kN.
- (C) 30kN.
- (D) 40kN.
- (E) 50kN.

72

A figura a seguir ilustra uma viga biengastada submetida a um carregamento uniformemente distribuído.



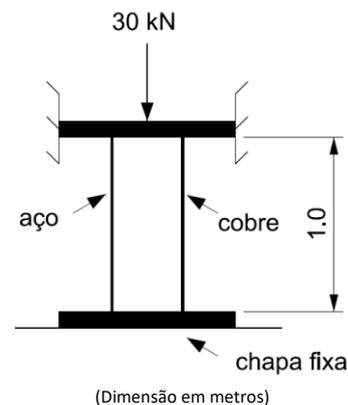
A viga é construída em aço carbono com módulo de elasticidade igual a 200GPa e seção transversal quadrada de lado 5cm.

No projeto dessa viga, a máxima tensão normal atuante vale

- (A) 64MPa.
- (B) 128MPa.
- (C) 256MPa.
- (D) 384MPa.
- (E) 512MPa.

73

A figura a seguir ilustra duas barras, uma de aço e outra de cobre, ligadas rigidamente a duas chapas, uma fixa e outra na qual se aplica a carga, que só pode se deslocar verticalmente.

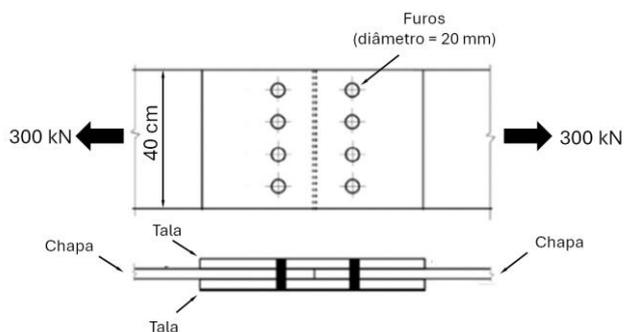


Sabendo que as duas barras possuem seção quadrada de lado 1cm e considerando que os módulos de elasticidade do aço e do cobre valem, respectivamente, 200GPa e 100GPa, a tensão normal atuante na barra de cobre vale

- (A) 50MPa.
- (B) 75MPa.
- (C) 100MPa.
- (D) 150MPa.
- (E) 200MPa.

74

A figura a seguir ilustra a ligação de duas chapas metálicas com largura de 400mm, ligadas por meio de talas com 4 parafusos de diâmetro 20mm, cada.



As chapas são construídas com aço carbono com tensão de escoamento de 250MPa e tensão última de 400MPa e solicitadas por uma carga de utilização variável de 100kN.

Desse modo, considerando o estado limite de ruptura da seção com furos e o escoamento das chapas, a menor espessura admissível para essas chapas é de, aproximadamente,

- (A) 1,0mm.
- (B) 2,0mm.
- (C) 3,0mm.
- (D) 4,0mm.
- (E) 5,0mm.

75

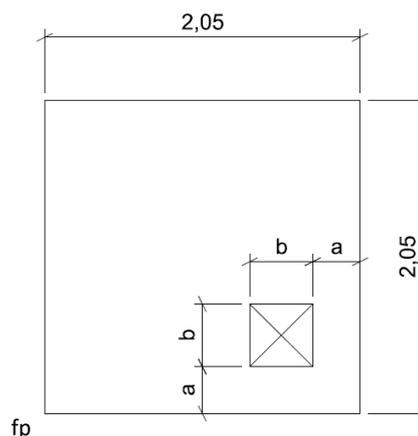
Um engenheiro projeta uma viga biapoiada em concreto armado. Nesse projeto, especificou-se concreto com resistência à compressão característica de 30MPa e a viga possui seção transversal retangular com largura de 12cm e altura de 40cm.

Desse modo, de acordo com a NBR 6118:2023, a armadura mínima de flexão para essa viga vale

- (A) 0,60cm².
- (B) 0,72cm².
- (C) 0,90cm².
- (D) 0,96cm².
- (E) 1,20cm².

76

A figura a seguir apresenta uma laje maciça de concreto armado com um rasgo que atravessa sua espessura.



(Dimensões em metros)

De acordo com a NBR 6118:2023, para que haja dispensa de verificação do impacto desse rasgo na resistência e deformação da laje, o menor valor para a dimensão **a** e o maior valor para a dimensão **b**, admitindo valores inteiros, são, respectivamente,

- (A) 25cm e 25cm.
- (B) 50cm e 25cm.
- (C) 50cm e 50cm.
- (D) 52cm e 25cm.
- (E) 52cm e 50cm.

77

Um engenheiro projeta uma barragem de concreto para represar um pequeno curso d'água. Essa barragem possui seção transversal retangular com altura de 1,50m, equivalente ao nível máximo da água.

Considere:

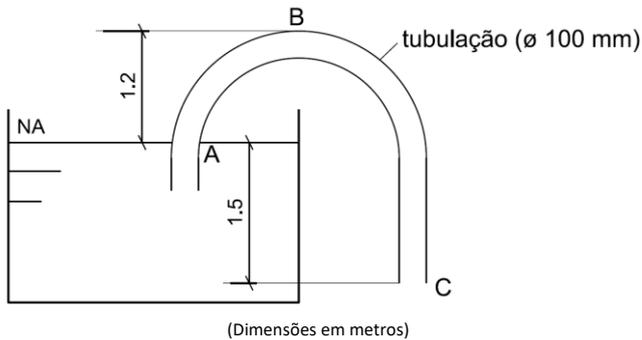
$$\sqrt{2} = 1,4; \sqrt{3} = 1,7; \sqrt{5} = 2,2.$$

Sabendo que o concreto possui peso específico de 2400kgf/m³ e a água 1000kgf/m³, a espessura da seção dessa barragem, para que não sejam induzidos esforços de tração na estrutura e se garanta sua estabilidade, vale aproximadamente, no mínimo,

- (A) 97cm.
- (B) 105cm.
- (C) 112cm.
- (D) 122cm.
- (E) 135cm.

78

A figura a seguir apresenta um sifão (ABC) de seção transversal circular com diâmetro 100mm, que retira água de um reservatório.



Sabendo que a perda de carga no sifão entre A e B vale 0,65m e entre B e C é de 0,40m, a vazão no ponto C, admitindo $\pi \approx 3,00$ e gravidade igual a 10m/s^2 , vale

- (A) 11,3L/s.
- (B) 22,5L/s.
- (C) 37,5L/s.
- (D) 45,0L/s.
- (E) 67,5L/s.

79

Um engenheiro observa que, em um canal de seção retangular e largura de 1,0m, forma-se um ressalto hidráulico com altura de 0,20m.

Sabendo que a profundidade do canal a montante do ressalto é de 0,8m, e admitindo a aceleração da gravidade igual a 10m/s^2 , a vazão nesse canal é de, aproximadamente,

Dados auxiliares:

$\sqrt{2} = 1,4$ $\sqrt{3} = 1,7$ $\sqrt{5} = 2,2$

- (A) $0,7\text{m}^3/\text{s}$.
- (B) $1,4\text{m}^3/\text{s}$.
- (C) $2,1\text{m}^3/\text{s}$.
- (D) $2,7\text{m}^3/\text{s}$.
- (E) $3,4\text{m}^3/\text{s}$.

80

No Brasil, a técnica de tratamento de água mais utilizada é o chamado tratamento convencional, que envolve uma série de etapas.

Entre as opções a seguir, assinale aquela que apresenta, da etapa inicial à final, os processos tipicamente aplicados nesse tipo de tratamento:

- (A) coagulação, floculação, decantação, filtração e desinfecção.
- (B) coagulação, desinfecção, floculação, decantação e filtração.
- (C) floculação, coagulação, desinfecção, decantação e filtração
- (D) floculação, coagulação e desinfecção.
- (E) coagulação, filtração e desinfecção.

81

Um engenheiro deseja produzir, em uma pequena obra, 1m^3 de concreto com traço em peso de agregados secos igual a 1:4:2:0,69. Admitindo que os pesos específicos para o cimento, a areia, a brita e a água, valem respectivamente, $3,2\text{kgf/dm}^3$, $2,4\text{kgf/dm}^3$, $3,0\text{kgf/dm}^3$ e $1,0\text{kgf/dm}^3$, analise as afirmativas a seguir, considerando a produção desse concreto.

- I. Serão gastos, aproximadamente, 300kg de cimento.
- II. O volume de areia necessário é o dobro do volume de brita.
- III. O peso de água necessário é de, aproximadamente, 100kg.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) II e III, apenas.

82

Uma laje de concreto armado possui vãos iguais a 4,0m e espessura de 10cm. No projeto dessa laje, o engenheiro estrutural considerou uma sobrecarga de $2,0\text{kN/m}^2$.

Desse modo, na ausência de cálculo específico, o tempo mínimo a ser aguardado para a cura do concreto e retirada das formas dessa laje deve ser de

- (A) 2 dias.
- (B) 4 dias.
- (C) 7 dias.
- (D) 14 dias.
- (E) 21 dias.

83

Na pintura de edificações não industriais, diferentes tipos de pincéis, trinchas e rolos são utilizados.

Em particular, o tipo de rolo recomendado para aplicação de esmaltes em superfícies é o rolo de

- (A) lã sintética de cerdas baixas.
- (B) lã sintética de cerdas altas.
- (C) espuma de poliéster.
- (D) espuma rígida.
- (E) lã de carneiro.

84

No projeto de impermeabilização de estruturas, a camada com a função de favorecer a aderência da camada impermeável, aplicada ao substrato a ser impermeabilizado é conhecida como camada de

- (A) regularização horizontal.
- (B) regularização vertical.
- (C) amortecimento.
- (D) imprimação.
- (E) berço.

85

As alvenarias têm espessuras variáveis em função do posicionamento dos tijolos ou blocos.

Relacione os tipos de alvenaria apresentados às respectivas características a seguir.

1. Alvenaria de cutelo
 2. Alvenaria de meia vez
 3. Alvenaria de uma vez
- () Executada com os tijolos assentados no seu sentido longitudinal, um após o outro.
- () Executada com os tijolos assentados no sentido transversal.
- () Executada no sentido de sua menor espessura.

Assinale a opção que indica a relação correta, na ordem apresentada.

- (A) 1 – 2 – 3.
 (B) 1 – 3 – 2.
 (C) 2 – 1 – 3.
 (D) 2 – 3 – 1.
 (E) 3 – 2 – 1.

86

Um empreendedor irá investir, no início do ano, R\$100mil em um projeto que irá dar um retorno anual, a partir do próximo ano, de R\$20mil, continuamente, no futuro.

Sabendo que a taxa de desconto de mercado é de 10% e considerando a aproximação $\frac{1}{1,1} \approx 0,9$, o valor presente líquido (VPL) desse investimento vale

- (A) R\$80mil.
 (B) R\$100mil.
 (C) R\$120mil.
 (D) R\$150mil.
 (E) R\$180mil.

87

Uma viga de concreto, com seção quadrada de lado 0,5m e comprimento 6,0m, contará com uma taxa de armação de 0,2 toneladas de aço por m³ de concreto.

Os custos unitários dos materiais constituintes dessa peça são:

- Concreto: R\$250,00/m³;
- Aço: R\$4,00/kg.

O percentual do custo do concreto em relação ao custo total de material para execução dessa peça vale, aproximadamente,

- (A) 15,9%.
 (B) 23,8%.
 (C) 31,3%.
 (D) 44,7%.
 (E) 52,8%.

88

Os custos de encargos relacionados aos empregados de uma obra podem ser divididos em encargos sociais e encargos complementares.

Assinale a opção que apresenta exemplo de encargo social.

- (A) Vale refeição.
 (B) Seguro de vida.
 (C) Auxílio alimentação.
 (D) Exames médicos obrigatórios.
 (E) Fundo de garantia por tempo de serviço.

89

Com relação ao licenciamento ambiental, avalie se as afirmativas a seguir são verdadeiras (V) ou falsas (F).

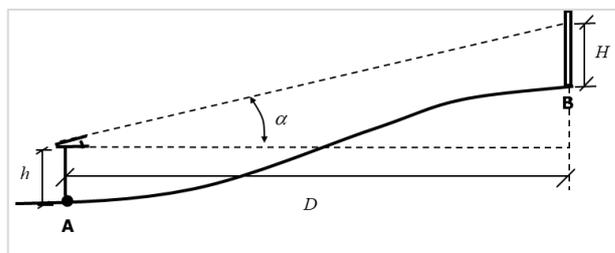
- () Na etapa de licença de instalação, pode ser autorizada a pré-operação para coleta de dados para a concessão futura da Licença de Operação.
- () Os custos para elaboração do relatório de impacto ambiental são arcados pelo órgão licenciador, que é o responsável por impor as exigências do estudo.
- () A licença ambiental simplificada é aplicada para obras de baixo orçamento, de forma a diminuir a burocracia no processo de autorização das licenças.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – V – F.
 (B) F – V – V.
 (C) V – V – F.
 (D) V – F – F.
 (E) V – F – V.

90

A figura a seguir ilustra um levantamento trigonométrico, no qual um topógrafo, situado no ponto A, visa uma mira localizada no ponto B.



Os dados desse levantamento são indicados a seguir:

Altura do instrumento (<i>h</i>):	1,5m
Distância horizontal entre A e B (<i>D</i>)	30m
Tangente do ângulo de visada: (α)	0,15
Leitura na mira (<i>H</i>)	1,80m

O desnível entre os pontos A e B vale, em módulo,

- (A) 3,80m.
 (B) 4,20m.
 (C) 4,80m.
 (D) 5,30m.
 (E) 5,80m.

91

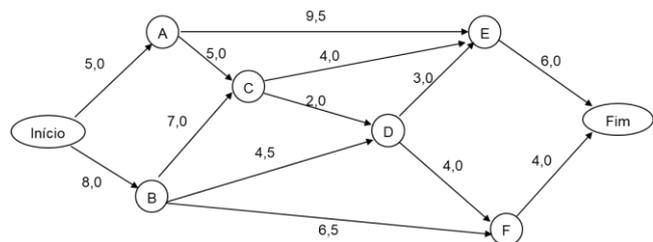
A Lei nº 14.133/2021 inclui as modalidades de licitação listadas a seguir, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Leilão.
 (B) Concurso.
 (C) Negociação.
 (D) Concorrência.
 (E) Diálogo competitivo.

92

Observe a rede PERT a seguir, que mostra as relações de dependência entre as diversas atividades a serem realizadas entre o início e o fim de um processo.

As durações de cada atividade estão indicadas nas setas, em horas.



A duração total mínima desse processo vale, em horas,

- (A) 20.
- (B) 22.
- (C) 25.
- (D) 26.
- (E) 28.

93

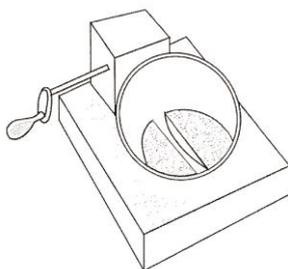
As fundações podem ser de vários tipos, apresentando graus distintos de suporte aos esforços exigidos pela estrutura da obra.

O principal esforço que motiva a adoção de uma sapata corrida é o de

- (A) tração.
- (B) torção.
- (C) flexão.
- (D) compressão.
- (E) cisalhamento.

94

Observe a figura a seguir, que mostra um aparelho para realizar um ensaio em uma amostra do solo a ser utilizado na execução de um aterro.



A propriedade física do solo determinada nesse ensaio é

- (A) o limite de liquidez.
- (B) o grau de saturação.
- (C) o grau de compactação.
- (D) o limite de plasticidade.
- (E) a composição granulométrica.

95

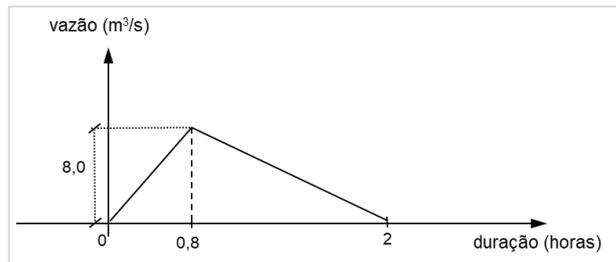
Um muro de arrimo de 2m de altura escora até o topo um solo, que possui peso específico de $1,8\text{g/cm}^3$ e um coeficiente de empuxo ativo unitário.

O empuxo por unidade de comprimento lateral do muro vale

- (A) $1,2\text{t/m}$.
- (B) $1,8\text{t/m}$.
- (C) $2,4\text{t/m}$.
- (D) $3,0\text{t/m}$.
- (E) $3,6\text{t/m}$.

96

A figura a seguir mostra o hidrograma unitário em uma seção de uma galeria de drenagem, decorrente do escoamento de uma precipitação.



O volume total de água escoado nesta galeria foi de

- (A) $12,6\text{dm}^3$.
- (B) $16,0\text{dm}^3$.
- (C) $18,4\text{dm}^3$.
- (D) $25,2\text{dm}^3$.
- (E) $28,8\text{dm}^3$.

97

Um ensaio em laboratório consistiu em se aplicar um esforço transversal na extremidade de uma peça de madeira, com o objetivo de descolar as suas fibras.

A descrição acima caracteriza um ensaio de

- (A) tração.
- (B) resiliência.
- (C) compressão.
- (D) fendilhamento.
- (E) flexão dinâmica.

98

Uma das propriedades de um aço é a sua dureza, que é diretamente proporcional ao seu teor de

- (A) ferro.
- (B) silício.
- (C) carbono.
- (D) fósforo.
- (E) manganês.

99

O armazenamento de materiais em um canteiro de obras deve levar em consideração sua perecibilidade, quanto à ocorrência de chuvas e outras intempéries.

Assinale a opção que apresenta apenas materiais **não** perecíveis.

- (A) Pedra, tijolo e madeira.
- (B) Tijolo, madeira e cimento.
- (C) Madeira, pedra e cal.
- (D) Cal, cimento e tijolo.
- (E) Cimento, cal e pedra.

100

Entre os equipamentos listados a seguir, o que foi concebido para realizar sondagens em terrenos rochosos é

- (A) o trado.
- (B) a estaca.
- (C) o trépano.
- (D) o testemunho.
- (E) a sonda rotativa.

Realização

